

SINDSEF-SP

FILIADO À

CSP
Central Sindical e Popular

E A

CONDSEF

CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES

A privatização nos dez anos de governo do PT

Durante a campanha eleitoral à Presidência da República, o PT relembrou à exaustão as privatizações do governo FHC, a fim de tentar se diferenciar do então candidato do PSDB, José Serra. Dilma chegou a afirmar: “Não vou destruir o Estado, diminuindo seu papel. Não permitirei que o patrimônio nacional seja dilapidado e partido em pedaços”. Infelizmente, não foi o que aconteceu. O PT vem adotando a mesma política dos tucanos.

Agora, durante a campanha de comemoração dos seus dez anos de governo, o partido reafirma essa suposta diferença, já com vistas às eleições de 2014. Os petistas dizem que o período FHC foi de neoliberalismo e de diminuição do papel



do Estado, coisa que o atual governo estaria invertendo. O PSDB fez isso mesmo, mas o governo Lula, e agora o governo Dilma, seguiram o mesmo caminho que um dia criticaram, avançando em uma política de concessão que, na verdade, significa

a privatização dos serviços públicos.

O resultado é o mesmo dos anos FHC: serviços públicos essenciais ficam nas mãos da iniciativa privada, cuja lógica não é a de prestar o melhor serviço possível, mas de lucrar o máximo, custe o que custar.

DESMONTE DO ESTADO NAS ERAS FHC/LULA/DILMA

Grandes negócios foram feitos com as privatizações – “negócios da China” para os compradores, mas péssimos para o Brasil. Antes de vender as empresas telefônicas, por exemplo, o governo investiu 21 bilhões de reais no setor, em dois anos e meio. Vendeu tudo por uma entrada de 8,8 bilhões

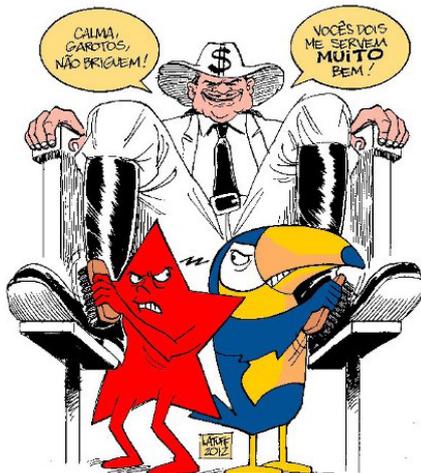
de reais, ou menos – porque financiou metade da entrada para grupos brasileiros. Na venda do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), o comprador pagou apenas 330 milhões de reais e o governo do Rio tomou, antes, um empréstimo dez vezes maior; de 3,3 bilhões de reais, para pagar direitos dos trabalhadores.

Assim é a privatização brasileira: o governo financia a compra no leilão, financia os investimentos que os compradores precisam fazer, demite funcionários, investe maciçamente e até aumenta tarifas e preços antes da privatização. Ou seja, não beneficia o consumidor, a população, mas sim leva em conta os interesses dos grupos que compraram as estatais.

Houve uma intensa campanha contra as estatais nos meios de comunicação, uma verdadeira

“lavagem cerebral” na população para facilitar as privatizações, sempre com a promessa de que elas trariam preços mais baixos para o consumidor, “graças à maior eficiência das empresas privadas”. Pura enganação! No caso dos serviços telefônicos e de energia elétrica, antes das privatizações, o governo já havia começado a aumentar as tarifas alucinadamente, para assim garantir imensos lucros no futuro aos compradores.

O governo enganou a sociedade, também, com o anúncio de rápida melhoria na qualidade dos serviços e a promessa de punição para os compradores das estatais que não atingissem as metas definidas nos contratos. A prática dos últimos anos mais do que provou o antagonismo entre serviços públicos de qualidade e a lógica do mercado, que pressupõe o lucro acima de tudo.



PRIVATIZAÇÃO DO PETRÓLEO

O governo vem realizando sucessivas rodadas de leilões para entrega do petróleo brasileiro. Por meio da 11ª rodada de leilões, realizada nos dias 14 e 15 de maio, o governo brasileiro vendeu o equivalente a R\$ 6 trilhões por apenas R\$ 2,8 bilhões para empresas como a OGX de Eike Batista e multinacionais como Shell, Chevron e Repsol.

Dilma pretende ser ainda mais generosa e já promete uma nova rodada. Dessa vez, o presente prometido é o petróleo do pré-sal. A 12ª Rodada de Licitações, prevista para outubro, deverá ofertar cerca de 300 blocos exploratórios de gás, com foco nas áreas com gás não convencional.

A taxa média de extração de petróleo das bacias sedimentares do Norte-Nordeste do Brasil ainda está em ascensão, mas o governo, cujo objetivo é entregar esses campos terrestres para as Big Oil e companhias privadas nacionais, tenta caracterizá-las como bacias maduras, em queda irreversível de extração de petróleo, a fim de leva-las a leilão a preço de banana.



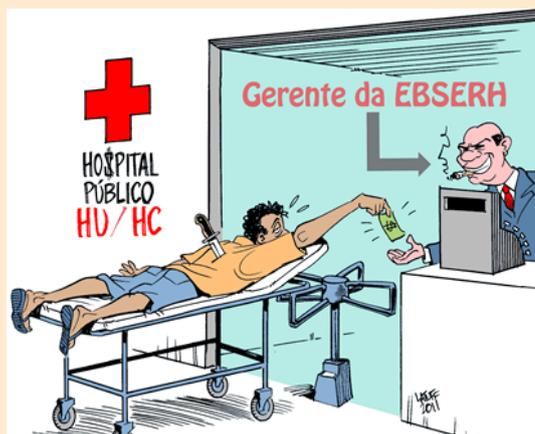
No fim do “milagre econômico” da ditadura militar nada foi encontrado pelas multinacionais que, por esse motivo, foram premiadas com altíssimas indenizações pelo “serviço prestado”. Quem investiu e descobriu petróleo na bacia de Campos foi a Petrobrás, que fez subir a taxa de extração de petróleo em 69% até a chegada do governo Collor. Do Governo Collor até a chegada de FHC, a queda da extração foi de 11%. Naquele momento, o objetivo era quebrar o monopólio estatal do petróleo e iniciar a entrega do petróleo do Brasil, sob o regime de concessão.

Lula, ao assumir a Presidência da República, mantém tudo que foi estabelecido por FHC, como o regime de concessão, e realiza 6 leilões de campos de petróleo e gás, 50% a mais do que FHC, que realizou 4 leilões.

No segundo mandato do governo Lula é implantado o regime de partilha do petróleo do pré-sal ultra profundo. É preciso barrar este processo! O petróleo tem que ser nosso. Petrobras 100% estatal e sob o controle dos trabalhadores. Essa é a campanha que os movimentos sindical, popular e estudantil devem fazer.

EBSERH

Em dezembro de 2011 o Governo Federal aprovou uma nova forma de gestão para os Hospitais Universitários – a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.



A desculpa é que os HUs enfrentam problemas de gestão e essa empresa seria a salvação. Contudo, a EBSERH nada mais é do que uma EMPRESA criada pelo próprio governo no contexto de uma política de precarização da saúde, que em 2012 cortou mais de cinco bilhões de seu orçamento. Essa empresa pode gerenciar a saúde como bem entender, inclusive abrir o serviço para a iniciativa privada, atender preferencialmente planos e pacientes particulares e prejudicar ainda mais a população.

A EBSERH também terá condições de contratação de recursos humanos por meio da CLT e não mais sob o regime típico dos servidores públicos (RJU). Para os servidores, será o fim da carreira pública, além de ficarem submetidos a um ambiente de trabalho com chefias hierarquizadas da empresa.

Da mesma forma, essa empresa romperá com o tripé ensino, pesquisa e extensão nos HUs. A desvinculação dos HUs das universidades não mais garante os estágios dos estudantes universitários das escolas públicas, retirando assim o seu caráter de Hospital Escola.

SINDXF-SP

CSTP
CUT
UGT
CTB
NCST**CONTRA**
AS PRIVATIZAÇÕES**PRIVATIZAÇÃO DOS PORTOS**

O Senado sacramentou a aprovação da Medida Provisória nº 595, a criminosa MP dos Portos. Isto representa o avanço da privatização em um dos setores mais estratégicos da economia brasileira. Como 95% do comércio exterior brasileiro é realizado através dos portos, a MP aprovada aprofunda a subordinação da economia ao setor privado e às multinacionais.

Com o apoio e forte “lobby” da imprensa burguesa, dentre eles a Folha de S. Paulo e a Rede Globo, que lançaram seguidos editoriais defendendo a MP, o governo Dilma teve o apoio de diversos setores para garantir a entrega completa dos portos à iniciativa privada. Aécio Neves fez questão de elogiar o governo: “Saúdo a chegada do PT à modernidade”, deixando claro que PSDB e PT estão cada vez mais parecidos. Entretanto, o apoio mais vergonhoso veio das centrais sindicais governistas CUT, UGT, CTB e NCST que assinaram um do-



cumento a favor da medida provisória, enquanto os trabalhadores portuários realizavam paralisações em diversos terminais contra a MP.

Mesmo com todo este apoio, Dilma precisou de muito mais “esforço” para aprovar a medida a tempo. No pacote de “concessões” estão: R\$ 1 bilhão em verbas para os deputados,

a promessa de cargos em ministérios para as legendas da base aliada e até a denúncia de compra de votos. A ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffman, chegou a prometer a aprovação da MP por meio de decreto, caso não fosse votada a tempo.

Dilma utilizou frases de impacto como “sistema portuário caótico e ultrapassado” e apelou para a necessidade de outro sistema mais “moderno” e que estimule os “investimentos privados”. Assim, o governo do PT reproduziu a falácia usada pelos empresários para precarizar condições de trabalho e flexibilizar direitos.

Na farra das privatizações financiada pelo governo petista, os empresários brasileiros e internacionais do setor são convidados de honra. Estiveram nos corredores da Câmara e do Senado representantes de empresas como LLX de Eike Batista e Embraport, do Grupo Odebrecht e Dubai Ports World.

ESTRADAS E FERROVIAS NAS MÃOS DAS CONCESSIONÁRIAS PRIVADAS

Quem mora no estado de São Paulo sabe o transtorno que é viajar pelas rodovias e enfrentar os intermináveis pedágios e seus preços extorsivos, resultantes da política do PSDB. Esse é exatamente o modelo que o governo Dilma aposta para resolver o grave problema do transporte rodoviário e ferroviário do país. Concessões privadas que consumirão R\$ 133 bilhões em investimentos e que serão entregues depois para o capital privado gerir. As empresas vencedoras poderão explorar o serviço durante 30 anos, contarão com financiamento público

a juros baixíssimos, com prazo de até 25 anos, e uma taxa de retorno garantido pelo governo de “pelo menos 9%”, segundo o próprio ministro da Fazenda, Guido Mantega. Um lucro difícil de conseguir em qualquer outro setor.

Aliás, o governo Lula inovou na arte de privatizar. A lei que criou as Parcerias Público Privadas, as PPP's, de 2004, além de garantir financiamento público para serviços que seriam tocados pelo setor privado, instituiu uma espécie de seguro para esses investimentos, no caso deles não terem o retorno esperado. Ou

seja, é o mundo perfeito para os capitalistas, sem riscos, onde o único “perigo” é ganhar pouco. Todas as grandes obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) estão sendo tocadas através das PPP's, inclusive a construção dos grandes estádios da Copa.

O Brasil não vai ter uma infraestrutura decente de rodovia sem pedágios abusivos, nem ferrovias funcionando de norte a sul, transportando cargas e passageiros a preços justos, enquanto as estradas e a malha ferroviária estiverem nas mãos dos consórcios privados.

SINDSEF-SP

CSP
CENTRAL SINDICAL E POPULAR
DE MINAS GERAIS

CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES

ELETOBRÁS ESTATAL?

Aprovado pelo Congresso no final de 2012 e anunciada pela presidente Dilma em cadeia de rádio e televisão em janeiro, a redução da tarifa da energia elétrica seria uma medida progressiva, representando um pequeno alívio para milhões de famílias que deixariam de pagar alguns reais a mais na conta de luz ao final do mês. Sabemos que se trata de uma medida limitada, que beneficiou principalmente as grandes empresas, as que mais consomem energia e que, sim, tiveram uma grande redução no preço da energia.

O problema é que mesmo essa política extremamente limitada esbarra no caráter privado do funcionamento da Eletrobrás. Assim como a Petrobrás, a estatal responsável por coordenar as empresas do setor elétrico no país já não é inteiramente pública, mas uma empresa de capital aberto, com ações negociadas na Bol-



sa. Tão logo foi anunciada a redução da tarifa, o valor das ações caiu diante da expectativa de lucros menores e a empresa registrou, de outubro a dezembro de 2012, um “prejuízo” de R\$ 10 bilhões, divulgado como “o maior prejuízo de uma empresa no Brasil”. Na verdade, o que foi amplamente noticiado como prejuízo foi a queda do valor de mercado da empresa, já que a redução mesmo da tarifa ainda

nem havia entrado em vigor.

Pois bem, como qualquer empresa privada, a Eletrobrás vai agora compensar, por outros meios, o que vai deixar de arrecadar com as tarifas. Espera-se o avanço da privatização da empresa via emissão de ações, a venda de empresas de distribuição de energia e um corte de 30% nas verbas de custeio, que inclui um plano de demissão em massa. A empresa pretende mandar para a rua até 20% dos atuais 30 mil funcionários.

Quais serão os resultados desse arrocho que está sendo preparado pela empresa? Precarização do serviço, problemas de segurança, apagões, etc.

O Brasil não vai ter produção e distribuição de energia elétrica, barata à população, enquanto todo o setor elétrico não for novamente 100% estatal e estiver funcionando a serviço dos interesses da população e não de meia dúzia de acionistas.

BASTA DE PRIVATIZAÇÕES!

O governo do PT insiste em dizer à classe trabalhadora que não está privatizando o país. Nada mais mentiroso. Os leilões do petróleo, assim como as “concessões”, fazem parte de um amplo e grave processo de desmonte dos principais setores e serviços do Estado brasileiro. Seja na área energética, na saúde, na educação e agora nos portos, o que estamos assistindo é o abandono de todas as promessas eleitorais de Dilma. O PT está colocando em prática a mesma política que o movimento sindical, a juventude e os movimentos sociais enfrentaram durante os oito anos de FHC.



Não é possível garantir serviços públicos a preços acessíveis e de qualidade seguindo a lógica de mercado. Neste momento, em que a urgência de enfrentar os ataques do governo bate à nossa porta, não é admissível que setores do movimento sindical deem aval à política de privatizações em curso. Os trabalhadores, trabalhadoras e a juventude brasileira devem se somar à luta contra os ataques do governo à soberania do país.

O Sindsef-SP apoia esta luta!